



Seminário marca compromisso com uma cidade mais justa

Mesa de abertura: (Da esquerda para direita) Vicente Trindade, vice-presidente do Senge-MG; Fernando Jogaib, diretor da FISENGE; Marcos Túlio, presidente do Confea; Nilo Sérgio Gomes, presidente do Senge-MG; Gilson Queiroz, presidente do Crea-MG; Luís Francisco Tomazzi Prosdocimi, coordenador de operações da CBTU; Carlos Roberto Bittencourt, diretor executivo da FISENGE; e Paulo Henrique Santos Fonseca, vice-presidente da CUT-MG.

O XVIII Seminário Anual do Senge Minas Gerais, realizado no dia 21 de agosto, trouxe duas importantes discussões para a categoria: a questão da mobilidade urbana e da reforma urbana. O Senge-MG levou para o Hotel Royal Center autoridades da engenharia, da política e de entidades de classe para debater temas que mexem com a vida de toda a sociedade.

Para o presidente do Senge-MG, Nilo Sérgio Gomes, o seminário marca o compromisso do sindicato com uma cidade mais justa, onde possamos nos locomover e viver com mais dignidade. "O Senge-MG se compromete firmemente para a construção de uma cidade mais justa e mais feliz", disse o presidente do Sindicato. Já para o vice-presidente da entidade, Vicente Trindade, o seminário marca a importância da inserção dos engenheiros e da enge-

nharia nas discussões das políticas urbanas em nosso País. "Em época de eleições municipais é de suma importância que se conheçam e discutam as propostas dos candidatos sobre o planejamento urbano em nossas cidades, que visem torná-las mais humanas e voltadas para uma convivência cidadã", disse.

Logo após a abertura, o coordenador de operações da CBTU, Luís Francisco Tomazzi Prosdocimi proferiu uma palestra sobre o metrô de Belo Horizonte. Prosdocimi mostrou o crescimento da frota de veículos em Minas Gerais com a conseqüente piora no trânsito. E como alternativa ao caos que já se instala na cidade, apontou a expansão do metrô da cidade, com a ampliação da linha atual e a criação de três novas linhas, incluindo a que ligará a Pampulha à Savassi.

O presidente do Confea, Marcos Túlio de

Melo reforçou a questão do Estatuto das Cidades e da inserção da categoria da engenharia de forma contundente e organizada na construção das cidades. Ele defendeu ainda a criação da Engenharia Pública, que faz parte da 3ª Conferência das Cidades, para que a população de baixa renda tenha orientação na construção e na reforma de suas casas.

A segunda parte do seminário foi dividida em dois painéis, um sobre a mobilidade urbana e outro sobre reforma urbana. Os participantes puderam escolher qual tema iriam assistir e ao final de cada painel foram tiradas duas perguntas para os candidatos a prefeito de Belo Horizonte. O evento finalizou com a participação dos candidatos a prefeito de Belo Horizonte, que defenderam um transporte público mais eficiente e a construção de novas linhas do metrô na cidade.



Reforma urbana garante direito à cidade

A Reforma Urbana é fundamental para garantir o direito à cidade. E este inclui acesso à moradia, ao saneamento ambiental e a todos os direitos de cidadania garantidos pela Constituição do país. Esta foi a principal conclusão da mesa temática Reforma Urbana, realizada durante o XVIII Seminário Anual do Senge-MG. Coordenada pela vereadora Neusinha Santos (PT), a mesa teve como expositores o arquiteto e professor da PUC Minas, Manoel Teixeira Azevedo Júnior, e o pesquisador Renato Fontes, mestrando em Ciências Sociais, também pela PUC Minas.

Na abertura dos trabalhos, Neusinha Santos fez um breve relato da luta dos movimentos sociais pela Reforma Urbana, iniciada na década de 60 e que culminou com a aprovação do Estatuto da Cidade, sancionado pelo Presidente da República em 2001, depois de mais de uma década de tramitação no Congresso Nacional. Neusinha ressaltou que a criação do Ministério das Cidades, em 2003, foi uma das principais conquistas do Estatuto e que a participação popular tem sido a marca deste movimento, consubstanciada na Conferência das Cidades que acontece nos três níveis de Governo.

Em sua exposição, o professor Manoel Teixeira colocou que a ideia de Reforma Urbana, centrada inicialmente na questão da universalização do acesso à terra e à moradia nas cidades, assumiu a necessidade de ampliar-se e ganhar seu pleno sentido. Ou seja, o do Direito à Cidade, da efetivação das condições para o pleno exercício da cidadania, que passa, necessariamente, pela qualidade de vida urbana.

Segundo Teixeira, a partir daí duas questões devem tornar-se focos principais: habitação e urbanização. "Produção de moradias, qualificação da urbanização das cidades e transformação do modo predatório e segregador de expansão urbana, objetivando a diminuição das desigualdades sócio-espaciais e a democratização no acesso a bens e serviços urbanos, deveriam ser os orientadores básicos de uma política articulada de aplicação dos novos instrumentos colocados à disposição dos municípios pelo Estatuto da Cidade", defende Manoel Teixeira.

Para ele, o combate à retenção especulativa de imóveis, crescimento compacto das cidades, contrapartidas pelo ganho privado decorrente do investimento público, fundos de urbanização e habitação, são alguns dos mecanismos que, articulados, podem contribuir para uma política transformadora das cidades e da sociedade.

Renato Fontes centrou a sua exposição nas questões relacionadas à governança democrática como forma de combate ao déficit habitacional. Para ele, a habitação no Brasil configura-se como uma questão social em expansão, essencialmente urbana e, de forma especial, uma questão social metropolitana. E essa dimensão social, segundo Renato Fontes, manifesta-se na desigualdade no acesso a moradia que é identificada a partir de diferentes noções, tais como: habitação precária, coabitação familiar, habitação inadequada, entre outros.

Renato falou, ainda, sobre a experiência de democratização da política habitacional em Belo Horizonte e da mobilização popular na luta pela reforma urbana que se dá a partir da metade da década de 80, com o surgimento de diversas associações ligadas à questão da moradia popular. Segundo Renato Fontes, a democratização da política

habitacional em Belo Horizonte foi fortalecida, na década de 90, pela implantação do Orçamento Participativo da Habitação, entre outras medidas adotadas.

Para Renato Fontes, apesar de várias iniciativas e ações voltadas para a cooperação da sociedade civil e do poder público, alguns instrumentos de democratização da gestão urbana precisam avançar. O fortalecimento do Conselho Estadual de Desenvolvimento Regional e Política Urbana (CONEDRU); a criação de espaços de participação descentralizados no âmbito dos municípios, na forma de conselhos das cidades, com participação de setores populares; e a elaboração de Planos de Habitação de Interesse Social articulados com os Planos Diretores Participativos, em consonância com o Estatuto da Cidade, criando condições para a garantia da função social da cidade são os instrumentos citados por Renato Fontes.



Mesa temática da Reforma Urbana: (da esquerda para direita) o palestrante Manoel Teixeira, professor da PUC Minas; vereadora Neusinha Santos, moderadora do debate; e o também palestrante, Renato Fontes.

senge
MINAS GERAIS

Sindicato de Engenheiros no Estado de Minas Gerais

Rua Espírito Santo, 1.701
Bairro Lourdes - CEP 30160-031
Belo Horizonte-MG
Tel.: (31) 3271.7355
Fax: (31) 3226.9769
e-mail: sengemg@sengemg.org.br
site: www.sengemg.org.br

GESTÃO 2007/2010 - DIRETORIA EXECUTIVA - Presidente: Nilo Sérgio Gomes; **Vice-presidente:** Vicente de Paulo Alves Lopes Trindade; **2º Vice-presidente:** Rubens Martins Moreira; **Secretário Geral:** Raul Otávio da Silva Pereira; **1º Secretário:** Eustáquio Pires dos Santos; **1º Tesoureiro:** Anivaldo Matias de Sousa; **2º Tesoureiro:** Sávio Nunes Bonifácio. **DIRETORIAS DEPARTAMENTAIS - Negociações Coletivas:** Valmir dos Santos; **Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente:** Nara Julio Ribeiro; **Promoções Culturais:** Fernando Augusto Vilaça Gomes; **Relações Inter-Sindicais:** Jairo Ferreira Fraga Barrioni; **Saúde e Segurança do Trabalhador:** Arnaldo Alves de Oliveira; **Assuntos Jurídicos:** Paulo César Rodrigues; **Assuntos Comunitários:** Laurete Martins Alcântara Sato; **Imprensa e Informação:** David Fiúza Fialho; **Estudos Sócio-Econômicos:** Abelardo Ribeiro de Novas Filho; **Interiorização:** Paulo Henrique Francisco dos Santos; **Aposentados:** Waldyr Paulino Ribeiro Lima. **DIRETORIAS RE-**

GIONAIS - Diretoria Regional Centro: Júnia Márcia Bueno Neves, Alfredo Marques Dyzin, Rosemary Antonia Lopes Faraco, Daniel Meinberg Shimidt de Andrade, Clóvis Scherner, Clóvis Geraldo Barroso, Hamilton Silva, Augusto César Santiago e Silva Pirassinunga, Anderson Rodrigues, Pedro Carlos Garcia Costa, Antônio Lombardo, Débora Maria Moreira de Faria. **Diretoria Regional Norte Nordeste:** Aliomar Veloso Assis, Rômulo Buldrini Filogônio, Jessé Joel de Lima, Antônio Carlos Sousa, Aloísio Pereira da Cunha, Guilherme Augusto Guimarães Oliveira. **Diretoria Regional Zona da Mata:** João Vieira de Queiroz Neto, Eduardo Barbosa Monteiro de Castro, Carlos Alberto de Oliveira Joppert, Francisco Antônio Nascimento, Maria Angélica Arantes de Aguiar Abreu, Sílvio Rogério Fernandes. **Diretoria Regional Triângulo:** Ismael Figueiredo Dias da Costa Cunha, Antônio Marcos Belo. **Diretoria Regional Vale do Aço:** Ildon José Pinto, Antônio Azevedo, José Couto Filho, Antônio Germano Macedo. **Diretoria Regional Campos das Verten-**

tes: Domingos Palmeira Neto, Wilson Antônio Siqueira, Nelson Henrique Nunes de Souza. **Diretoria Regional Sul:** Antônio Iatesta, Fernando de Barros Magalhães, Paulo Roberto Mandello, Nelson Benedito Franco, Nelson Gonçalves Filho, Arnaldo Rezende de Assis, João Batista Lopes Júnior, Eberth Antônio Piantino, Júlio César Lima. **CONSELHO FISCAL:** Luiz Antônio Fazza, Vânia Barbosa Vieira, Luiz Carlos Sperandio Nogueira, Dorivaldo Damascena, Marcelo de Camargos Pereira

senge
INFORMA

Edição: Miguel Ângelo Teixeira - **Redação:** Fabyana Azevedo, Luiza Nunes de Lima e Miguel Ângelo Teixeira
Arte final: Viveiros Edições: (8872-6080) - **Impressão:** Segrac



Planejamento é solução para mobilidade urbana

O trânsito de Belo Horizonte só terá solução se houver um planejamento urbano integrado, que tenha como meta implantar um sistema de transporte coletivo eficiente e que estimule a integração entre os diferentes modais de transporte. Esta foi a conclusão da mesa temática sobre Mobilidade Urbana, realizada durante o XVIII Seminário Anual do Senge-MG, que aconteceu no dia 21 de agosto.

A mesa foi formada por Paulo Tarso Resende, Ph.D, professor, pesquisador e coordenador do Núcleo de Logística da Fundação Dom Cabral (FDC) e por Maria Madalena Franco Garcia, subsecretária de Desenvolvimento Metropolitano da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana de Minas Gerais (Sedru). O vereador Vinícius Dantas, membro da Comissão de Legislação e Justiça da Câmara de Vereadores de Belo Horizonte, atuou como moderador do debate.

Paulo Tarso Resende explicou que o problema do trânsito é gerado pela subcapacidade da infra-estrutura, que acaba espremendo as vias de deslocamento nas grandes cidades. "As construções avançam e acabam limitando os espaços disponíveis para o deslocamento, ou seja, as vias urbanas. Assim, chega-se ao caos que observamos no trânsito das cidades brasileiras", afirma.

Segundo o pesquisador, o país enfrenta uma realidade inconveniente quando se trata de trânsito. "A infra-estrutura brasileira é formada por uma junção entre o sofisticado e o atrasado, o que resulta em uma mistura explosiva, pois é preciso encontrar uma maneira de oferecer transporte, por exemplo, até os edifícios luxuosos e modernos, mas também para as favelas que ficam logo em frente", observa. Outro inconveniente é o fato de que, no país, o transporte coletivo é considerado como "coisa de pobre" e de que há uma atração pelo isolamento tecnológico, considerado "coisa de rico". Há também a questão do planejamento urbano. "No Brasil, esse planejamento é excludente e não integrador, como deveria ser."

No entanto, segundo a pesquisa



Da esquerda para a direita, Luis Francisco Tomazzi Prosdocimi, coordenador de operações da CBTU; Paulo Tarso Resende, do Núcleo de Logística da Fundação Dom Cabral (FDC); vereador Vinícius Dantas, moderador do debate; e Maria Madalena Franco Garcia, subsecretária de Desenvolvimento Metropolitano da Sedru.

realizada pela Fundação Dom Cabral e apresentada, em parte, durante a palestra, a percepção da população está se modificando. Isso se deve ao declínio da qualidade de vida quantificado pelo tempo perdido em engarrafamentos na cidade. "Em Belo Horizonte, 39% das pessoas que responderam à pesquisa disseram enfrentar congestionamentos em pelo menos um dia da semana. Já 44% disseram que têm uma exposição diária de uma hora aos engarrafamentos e 38% afirmaram ser esse tempo duas horas", revela Paulo.

A pesquisa divulga, também, que o transporte coletivo é consi-

derado pela maioria das pessoas como resposta para os problemas de trânsito tanto a curto quanto a longo prazo. "Em Belo Horizonte, 49% consideram que o transporte coletivo é a solução a curto prazo e 55% acham que é a solução, também, a longo prazo", completa o pesquisador.

Disparidades

Maria Madalena Franco Garcia, da Sedru, expôs outro motivo para os problemas de trânsito nas cidades: o aumento descontrolado das frotas de veículos. "Em dez anos, a população brasileira cresceu 15%

enquanto a frota deu um salto de 105%. Em Minas aconteceu o mesmo. Houve um aumento populacional de 14% e a frota cresceu 87%", revela.

Segundo a subsecretária, será necessário substituir a lógica da expansão do sistema viário pela lógica da gestão e integração. "A pressão em cima dos transportes vai cair sobre a gestão, pois a oferta de infra-estrutura é cada vez mais limitada. As vias já estão com sua capacidade saturada, há uma restrição de gastos públicos, assim como é crescente as preocupações com os impactos ambientais e a pressão da sociedade por melhor transporte de massa. Dessa forma, a questão se transforma em um problema de gestão", avalia.

Maria Madalena aponta a necessidade de um planejamento urbano completo para a resolução dos problemas do trânsito. "É preciso pensar em uma infra-estrutura que favoreça as necessidades de transporte da região e, nas cidades em que esta já está consolidada, a saída é pensar novas políticas, que favoreçam a integração entre os modos de transporte e diversificar as atividades nas áreas centrais para estimular, por exemplo, a caminhada", conclui.



Os debates tiveram ampla participação do público: O diretor do Senge-MG Luiz Antônio Fazza faz a sua intervenção.



Candidatos defendem transporte público eficiente

Um bate-papo com os candidatos a prefeito de Belo Horizonte fechou o XVIII Seminário Anual. O Senge-MG convidou Márcio Lacerda (PSB), Jô Moraes (PCdoB), Gustavo Valadares (DEM), Leonardo Quintão (PMDB), Sérgio Miranda (PDT) e Vanessa Portugal (PSTU). Márcio Lacerda justificou sua ausência. Os candidatos responderam às questões elaboradas pelos grupos que participaram dos painéis realizados na parte da tarde sobre mobilidade urbana e reforma urbana.

Foi realizado um sorteio para indicar a ordem dos candidatos, que responderam sobre os desafios para solucionar problemas habitacionais e do trânsito na capital. Para Sérgio Miranda, há uma enorme injustiça tributária, uma vez que o IPTU não absorveu a valorização dos imóveis da classe alta de Belo Horizonte. "Existe uma lei de ocupação e uso do solo desde 1997 e mesmo assim quando as obras são feitas, não existe planejamento. A linha verde e a nova rodoviária estão sendo feitas sem o planejamento da cidade", afirmou o candidato. Na opinião de Sérgio, a aplicação do Estatuto da Cidade é muito importante e esta é uma das prioridades de seu governo, caso seja o novo prefeito de BH.

Jô Moraes destacou o desafio de que a mobilidade seja sempre um assunto presente na cidade, de forma a melhorar as condições de transporte coletivo para a população. Jô disse ainda que a questão da reforma urbana é tema para ser discutido nos primeiros 100 dias de seu governo, caso seja eleita. Para ela, o metrô vai exigir um posicio-



Candidatos a prefeito de Belo Horizonte no debate: (da esquerda para a direita) Jô Moraes, Gustavo Valadares, o diretor do Senge-MG, Raul Otávio da Silva (moderador do debate), Sérgio Miranda, Vanessa Portugal e Leonardo Quintão.

namento mais claro para que ele realmente seja construído.

Leonardo Quintão começou pedindo a ajuda dos engenheiros para solucionar os problemas fundiários da cidade. Ele citou a desvalorização do imóvel e falou em parceria com o CREA-MG para dar suporte à população. "Quanto mais pessoas tiverem seus imóveis regularizados, maior será a arrecadação do IPTU", disse Quintão. Além da questão do metrô, o candidato do PMDB ressaltou ainda a importância do táxi lotação e a sua intenção de estendê-lo para outras regiões da cidade.

Já Gustavo Valadares defendeu o fim da BHTrans como uma empresa de multas transformando-a em

uma empresa de engenharia de tráfego, como sempre deveria ter sido. Valadares falou também sobre a necessidade de um transporte coletivo ágil, barato e eficiente tendo como solução o metrô. O candidato do DEM ressaltou ser contra a mudança da rodoviária e disse que pretende criar uma agência para planejar a cidade e retomar a qualidade de vida dos beloizontinos, a BHPlan. "É preciso que se respeite o plano diretor da cidade", salientou o candidato do DEM.

Vanessa Portugal acredita que o importante é discutir essas desapropriações de áreas que não cumprem o seu papel social. Vanessa disse que é necessário discutir as prioridades

da cidade, um plano de obras públicas e o déficit habitacional. Quanto à mobilidade, para ela não é possível pensar em transporte coletivo sem pensar na Região Metropolitana de Belo Horizonte como um todo.

De uma forma geral, todos os candidatos presentes defenderam a construção de novas linhas do metrô para atender a população e reduzir o caos no trânsito. Segundo eles, o metrô da capital é uma questão de vontade política. Outras cidades receberam verbas, como São Paulo e Rio de Janeiro, inclusive para a construção do trem bala. Por isto, é uma questão do prefeito lutar por recursos junto ao governo federal.

FLAGRANTES DO XVIII SEMINÁRIO ANUAL DO SENGE-MG



Na inscrição os participantes receberam pasta com informações sobre os temas do Seminário



Mais de uma centena de convidados deram a sua contribuição aos debates



O presidente do Senge-MG, Nilo Sérgio Gomes, encerrou o evento destacando a sua importância